

NOTAS SOBRE FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO

HUGO NIGRO MAZZILLI

Promotor de Justiça — SP

1. O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO ESTENDE A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO SOBRE SEU JURISDIÇÃOADO, A QUALQUER REGIÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL.

A competência “*ratione personae*” elide a regra do Foro do local do delito.

- a) RT 506/318 — TJSP — Pleno (crime de promotor);
- b) RT 412/113 — TJSP — Pleno (crime de juiz);
- c) RTJ 75/420 — STF (crime de juiz);
- d) RJTJSP 42/294 e RT 499/302 — Câms. Cjs. Crs. TJ (crime de juiz).
- e) RT 534/380 — TJ Paraná (crime de promotor).

Expressamente no mesmo sentido, em doutrina:

Eduardo Espinola Filho, “Código de Processo Penal Brasileiro Anotado”, vol. II, n. 214, pág. 217. Demonstra o referido mestre que o foro por prerrogativa de função leva em conta a competência *ratione personae*, de forma que passa a ser irrelevante o local do crime; por isso que o Tribunal competente para conhecer do crime, em matéria de foro por prerrogativa de função, é aquele que tem jurisdição sobre a pessoa beneficiada com o foro privilegiado.

Os argumentos dessa corrente se concentram em dois pontos: de um lado, o foro por prerrogativa de função restringe a competência do *locus delicti*; de outro, amplia a jurisdição territorial do Tribunal de Justiça, podendo ultrapassar as fronteiras do Estado onde este último tem sede (cf. julgados acima citados e, especialmente, RT, 412/113).

2. EM SENTIDO CONTRÁRIO, DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO ONDE SE DEU O CRIME:

- a) não localizei jurisprudência a respeito (há um voto vencido, no sentido desta corrente, em RT, 534/380-1, TJ — Paraná).

b) doutrina:

Tourinho ("Processo Penal", II, vol., pág. 116, ed. Saraiva, 1982) entende que a competência do Tribunal de Justiça do Estado se estende a crimes praticados em outros Estados, desde que o agente seja governador, deputado estadual, procurador geral de justiça ou secretário de Estado; contudo, se o autor do crime for juiz de tribunal de alçada ou juiz de instância inferior, ou membro do Ministério Público, a competência será do Tribunal de Justiça do Estado onde houve a infração.

Frederico Marques tem posição um tanto diversa ("Tratado de Direito Processual Penal", vol. I, pág. 332, e também nota 16). Quanto aos juizes de direito, quaisquer que sejam, a competência para julgá-los é sempre do Tribunal de Justiça do Estado onde judicam, pouco importando o local do delito (cita, em abono de sua posição, o entendimento de Espinola); contudo, Frederico Marques entende que em todos os demais casos de foro por prerrogativa de função (excetuada apenas a situação dos juizes), a competência hierárquica fica subordinada ao território em que o crime foi cometido.

Observações:

1.º) Não há harmonia entre Tourinho e Frederico Marques. Para o primeiro, a competência do Tribunal de Justiça do Estado se estende a crimes cometidos em outros Estados, desde que o agente seja governador, deputado estadual, procurador geral de justiça ou secretário de Estado; para o segundo, tal competência só se estende quando o agente é juiz. Além disso, um ao outro faz reparos;

2.º) quanto aos juizes, a competência do Tribunal de Justiça do Estado onde judicam, mesmo em se tratando de crimes ocorridos em outros Estados, ainda tem fulcro no artigo 33, inciso II, da LONM.

3.º) a pesquisa abrangeu:

- a) os volumes de RT de 447 a 616 (1973 a 1987);
- b) os volumes 1 a 103 da RJTJSP (todos);
- c) os volumes 57 e seguintes da RTJ (desde 1971).
- d) afora os acórdãos contidos nas revistas acima citadas expressamente (ns. 1 e 2 supra), foram consultados os índices da RT desde o vol. 208 (verbete: competência criminal, foro por prerrogativa de função), bem como todos os acórdãos referentes a esse assunto (v.g.: RT, 208/411, 270/452, 289/922, 308/441, 309/328, 314/639, 321/499, 350/312, 352/223, 367/160, 368/161, 428/282, 445/391, 461/460, 462/323, 463/311, 470/305, 499/302, 506/311, 534/380, 542/387, 554/313, 604/318, 606/412; RTJ, 67/659, 75/420, 79/742, 90/950; RJTJ, 21/568, 21/572, 22/392, 25/573, 31/394, 45/294, entre outros).